



Prefeitura Municipal de
Lagoa do Ouro

Digitalmente por: EDSON LOPES CAVALLCANTE, HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
e: tce. pe. gov. br/ epp/validaDoc.scam Código do documento: 2366a52a-bb18-49b2-b996-938d0e48abd5

Demonstração Contábil

Balanço Patrimonial

BF

2021

Publicado em março de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: EDSON LOPES CAVALCANTE, HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2366a52a-bb18-49b2-b996-938d0e48abd5



BP

2021

Balanço Patrimonial

Demonstração Contábil

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2022.



Apresentação

O Balanço Patrimonial (BP) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo pela equipe de Assessoria administrativa e Contábil (Contabilize).

O Balanço Patrimonial Individual (BP), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas "P" ou "F" relativo aos atributos "Permanente" e "Financeiro".

O resultado patrimonial em 31/12/2021 foi de R\$ 381.087,30 (superavitário). Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício de 2022, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2021 no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ - 13.712,32, os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.



BP

2021

Balanço Patrimonial

Demonstração Contábil

Departamento de Contabilidade



Documento Assinado Digitalmente por: EDSON LOPES CAVALCANTE, HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2366a52a-bb18-49b2-b996-938d0e48abd5

**MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO.**

Rua do Progresso, nº 62, Bairro Centro, CEP 55.320-000

CNPJ: 11.286.267/0001-03

Página: 1/2
Documento: 112021**Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Ativo circulante Nota 01	10.484.373,96	8.897.573,09	Passivo circulante Nota 13	3.477.967,89	1.804.257,55
Caixa e equivalentes de caixa Nota 02	3.642.013,18	2.424.179,63	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (F) Nota 14	1.804.614,52	1.439.750,50
Créditos a curto prazo Nota 03	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo Nota 15	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F) Nota 16	1.530.637,88	362.316,66
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	102.717,12	0,00
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a curto prazo Nota 17	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo (F) Nota 18	39.998,27	2.180,33
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00			
(-) ajuste de perdas de créditos a curto prazo Nota 04	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a curto prazo Nota 05	(0,01)	26.637,98			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo Nota 06	6.842.360,79	6.446.755,47			
Estoques Nota 07	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Ativo não circulante Nota 08	33.556.160,54	30.709.105,58	Passivo Não circulante Nota 19	136.321.088,72	86.545.311,11
Ativo realizável a longo prazo	143.245,95	26.418,98	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (F) Nota 20	8.130.464,44	8.130.464,44
Créditos a longo prazo Nota 09	143.245,95	26.418,98	Empréstimos e financiamentos a Longo prazo Nota 21	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a Longo prazo (F) Nota 12	217.131,52	0,00
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a Longo prazo Nota 23	127.973.492,76	78.414.842,77
Dívida ativa tributária	511.784,65	394.957,68	Demais obrigações a Longo prazo (F) Nota 24	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	29.081,40	29.081,40			
(-) ajuste de perdas de créditos a curto prazo Nota 10	(397.620,10)	(397.620,10)			
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	139.799.056,61	88.349.564,70
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Investimentos	0,00	0,00	Patrimônio social/Capital Social Nota 25	(95.758.522,11)	-48.742.886,00
Participações permanente	0,00	0,00	Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00	Reservas de capital	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00	Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
(-) redução ao valor recuperável	0,00	0,00	Reservas de lucros	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00	Demais reservas	0,00	0,00
(-) depreciação acumulada	0,00	0,00	Resultado acumulado	(95.758.522,11)	-48.742.886,00
(-) redução ao valor recuperável	0,00	0,00	Resultado do exercício (P)	(125.189.374,07)	-70.530.745,66
Investimentos do rpps de longo prazo	0,00	0,00	Resultado de exercícios anteriores (P)	(48.742.886,03)	21.787.854,59
(-) redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00	Ajustes de exercícios anteriores	78.173.737,99	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00	Outros resultados	0,00	0,00
			Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00

Documento: 112021
 Página: 1/2
 Despesa realizada: Empenhada
 Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021
 Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial



Documento Assinado Digitalmente por EDSON LOPES CAVALCANTE em 10/05/2023 às 15:00:00. Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/etce/assinatura

(-) redução ao valor recuperável	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	(95.758.522,11)	(48.742.886,03)
Imobilizado Nota 11	33.412.914,59	30.682.686,60			
Bens móveis	16.088.440,19	15.279.868,23			
(-) depreciação acumulada – bens móveis	-2.774.387,24	-2.706.655,54			
(-) redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Bens imóveis	20.098.861,64	18.109.473,91			
(-) depreciação /amorti/exaustão acumulada de bens imóveis	0,00	0,00			
(-) redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Intangível Nota 12	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) redução ao valor recuperável de intangível marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) redução ao valor recuperável de intangível direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) amortização acumulada	0,00	0,00			
Total	44.040.534,50	39.606.678,67	Total	44.040.534,50	39.606.678,67
Ativo financeiro Nota 26	10.484.373,96	8.679.895,90	Passivo financeiro (0,00) restos a não pagar (160.729,51) Nota 28	3.580.970,24	1.800.733,67
Ativo permanente Nota 27	33.556.160,54	30.926.782,77	Passivo permanente Nota 29	136.379.148,29	86.548.850,00
			Saldo patrimonial Nota 30	-95.919.584,03	-48.742.886,03

COMPENSAÇÕES

Especificação Saldo dos atos potenciais do ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação Saldo dos atos potenciais do passivo Nota 31	Exercício Atual	Exercício Anterior
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO Nota 32

00 – Recursos ordinarios	6.903.03,72	6.879.164,23
Total	6.903.03,72	6.879.164,23

EDSON LOPES CAVALCANTE
PREFEITO

HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
CONTADOR
CRC – PE 026891/0-3



BALANÇO PATRIMONIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO – ESTADO DE PERNAMBUCO

Demonstração Contábil da Entidade Exercício de 2021.

Notas Explicativas (De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021).

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

I. INFORMAÇÕES GERAIS:

a. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação;
Município de Lagoa do Ouro

b. CNPJ:

11.286.267/0001-03.

c. Natureza jurídica (conforme código da RFB):

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro -PE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município”.

d. Domicílio do órgão ou entidade:

Rua Progresso, nº 62, bairro Centro, CEP: 55.320-000

e. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro-PE possui como atividade principal a “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 543, de 3 de dezembro de 2020 (LOA 20201). Sua atividade financeira origina-se da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses do governo federal e estadual (fundo a fundo ou convênio).

f. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 17 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

g. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: A consolidação desta demonstração contábil engloba os Poderes Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta (fundos, autarquias e fundações), conforme disposto a seguir:

- i. **Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro;**
- ii. **Fundo Municipal de Saúde de Lagoa do Ouro;**
- iii. **Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa do Ouro**
- iv. **Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FUNDECA).**
- v. **Instituto de Previdência de Lagoa do Ouro (IPSELO)**

h. Nome do Gestor Fundo

Edson Lopes Cavalcante, Gestão 01/01/2021 a 31/12/2021.



i. Nome. CRC e e-mail do(a) Contador(a) responsável:

Hildebrando Carvalho de Freitas, CRC 026891/0-3, e-mail brandocarvalho@hotmail.com.

II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

a. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

♣ O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

♣ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

♣ Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

♣ O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

♣ A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

♣ Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

♣ As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.

♣ Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos

♣ Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).

♣ O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

♣ Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra- orçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

♣ As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

♣ Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

♣ A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).



♣ As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

♣ As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

♣ O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

♣ As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

♣ As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseado em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30) foi registrado diretamente em conta patrimonial e após o consumo, realizado a apropriação numa variação patrimonial diminutiva. Ajustes ao final do exercício foram feitos para compatibilizar aos controles

♣ As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

c. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.



Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos. **Estoques**

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo



Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria



Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade. Ativo Financeiro Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

d. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

e. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

- i. **Classificação de ativos:** Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.
- ii. **Constituições de provisões:** Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias" comentadas a seguir na Nota 23 das referências cruzadas. Não houve registro de provisões para esta entidade.
- iii. **Reconhecimento de variações patrimoniais:** Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária
- iv. **Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:** Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

III. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

a. Nota 1 ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2021 foram de R\$ 10.484.373,96 compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.



b. **Nota 2 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:** O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2020 somam R\$ 3.642.013,18.

c. **Nota 3 CRÉDITOS A CURTO PRAZO:** Não houve créditos a curto prazo na entidade no exercício de 2021.

d. **Nota 4 AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO:** Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

e. **Nota 5 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:** Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P": Soma o valor de 0,01 detalhando abaixo.

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
Total	0,00	

f. **Nota 6 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:** Soma ao final do exercício o valor R\$ 6.842.360,79 registro de investimento e aplicações temporárias a curto prazo para esta entidade.

g. **ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):** Não Houve registro de estoque.

h. **Nota 8 ATIVO NÃO CIRCULANTE:** Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 33.556.160,54

i. **Nota 9 CRÉDITOS A LONGO PRAZO:** Somam ao Final do exercício de 2021 o valor de 143.245,95 correspondentes ao saldo da dívida ativa menos as abaixas e provisão de perdas.

j. **Nota 10 AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO:** a entidade estima que deixará de receber o montante de 397.620,10

k. **Nota 11 IMOBILIZADO:** O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 33.412.914,59 até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado referente aos bens móveis, bem como a sua depreciação acumulada, conforme o detalhamento a seguir

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 8ª Edição p. 432)

Descrição	Valor (R\$)	
	2021	2020
Bens móveis	16.088.440,19	15.279.868,23
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(2.774.387,24)	(2.706.655,54)
Bens imóveis	20.098.861,64	18.19.473,91
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	0,00	0,00
Total	33.412.914,59	30.682.686,60

l. **Nota 12 INTANGÍVEL:** Não houve registro bens intangíveis na Câmara Municipal.

m. **Nota 13 PASSIVO CIRCULANTE:** As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2021 foram de R\$ 3.477.967,89.

n. **Nota 14 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:** Não houve valor registrado das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final de 2021.1.804.614,52

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	1.800.309,09	F
Encargos Sociais a Pagar	1.677.658,80	F
Subtotal	0,00	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	p
Subtotal	3.477.967,89	
Total	3.477.967,89	



- o. Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO):** Não houve empréstimos a curto prazo.
- p. Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:** Ao final do exercício de 2021 somam o valor de R\$ 1.530.637,88.
- q. Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):** Não houve provisões de curto prazo na entidade durante o exercício 2021.
- r. Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:** O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 39.998,27. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

0-Consignações	(Subtotal)	
Consignações – INSS		1.708,52
Consignações – IR		-2740,81
Consignações - ISS		26.425,57
Consignações – Outras		-24.899,72
Consignações Empréstimos		29.938,32
Consignações -Pensões Alimentícias		-3.977,35
Consignações – Previdência Propia		12.133,74
Total		39.998,27

- s. Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** OS registro das obrigações de longo prazo ao final de 2021 decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações Somam o valor de R\$ 136.321.088,72
- t. Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:** Não houve registro de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, como também não houve outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	8.029.909,54
Débito Parcelado – INSS	100.554,90
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	8.130.464,44

- u. Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):** Não houve registro de empréstimos a longo prazo.
- v. Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO):** Ao final do exercício de 2021, os registro em restos a pagar relativo a fornecedores e contas a pagar soma o valor de 217.131,52
- w. Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):** As provisões matemáticas a longo prazo registrado para esta entidade somam ao final do exercício de 127.973.492,76
- x. Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO:** Não há registro para esta entidade
- y. Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** O patrimônio líquido da entidade perfez ao final de 2021 o valor de R\$ 95.758.522,11.

- z. Nota 26) ATIVO FINANCEIRO:** O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 10.484.373,96
- aa. Nota 27) ATIVO PERMANENTE:** O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 33.556.160,54



bb. Nota 28 PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$3.420.240,63, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 160.729,51 perfazem o total de R\$ 3.580.970,24

cc. Nota 29 PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 136.379.148,29.

dd. Nota 30 SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (SALDO PATRIMONIAL): O total do superávit Financeiro do exercício de 2021, foi R\$ -95.919.584,03

ee. Nota 31 SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: O valor do saldo registrado dos contratos a executar ao final 2021, com prazos vencidos até 31/12/2022 foi de R\$ 0,00.

ff. Nota 32 QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 6.694.159,41.

IV. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

a. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021): Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores

c. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021): Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação

d. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021): Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

e. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021): Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.

f. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021): Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

g. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade



- h. Informações de Passivos Contingentes:** Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.
- i. Perdas da Dívida Ativa:** Não há registro de dívida ativa durante para esta entidade.
- j. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados
- k. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):** Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos
- l. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):** Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.
- m. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):** Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa
- n. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:** Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado
- o. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.
- p. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.
- q. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):** Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.
- r. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.
- s. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):** Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2020.
- t. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):** Não houve
- u. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):** Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
- v. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):** Não houve registro para esta entidade.
- w. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):** Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2021.